AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

ANEXO À CARTA ABERTA AOS PARTIDOS POLÍTICOS
ELEIÇÕES 2022

Questionário a ser respondido por todos(as) os(as) pré-candidatos(as) e/ou candidatos(as) aos diversos cargos eletivos que serão disputados nas eleições-2022

DADOS DO(A) PRÉ-CANDIDATO(A) e/ou CANDIDATO(A)

Nome: Carol Vigliar

Partido Político: Unidade Popular Pelo Socialismo (UP)

Cargo disputado: Governadora

Município: Piadera

Estado: São Paulo

1 A realização da auditoria da dívida pública - prevista no art. 26 das Disposições Transitórias da Constituição Federal de 1988 – é fundamental para que se tenha a necessária transparência sobre o maior gasto do orçamento federal (juros e amortizações da dívida), que consome, todo ano, a maior fatia das despesas federais, comprometendo também as finanças de estados e municípios.

- ***Diante disso, você assume o compromisso de defender a transparência das contas públicas e a realização da auditoria da dívida pública, com participação popular?***

SIM [X] **NÃO** [ ]

Comentários (opcional):

2 O conhecimento possibilitado pela realização da auditoria da dívida pública - com participação da sociedade – será fundamental para as decisões da política econômica do país, de modo a inverter a correlação de forças entre os gastos financeiros (que têm tido tratamento privilegiado e favorecem principalmente os bancos e grandes rentistas nacionais e estrangeiros) e os investimentos sociais (que não têm sido devidamente respeitados, embora toda a população brasileira tenha esse direito, conforme previsto no art. 6° da Constituição).

- ***Diante disso, você assume o compromisso de defender a transparência das contas públicas e a realização da auditoria da dívida pública, com participação popular, para garantir que a prioridade dos gastos públicos passe a ser os investimentos sociais?***

SIM [X] **NÃO** [ ]

Comentários (opcional):

3 Inúmeras ilegitimidades, ilegalidades e até fraudes já foram comprovadas, inclusive por CPIs que mostraram que a chamada dívida "pública" tem sido gerada por vários mecanismos financeiros e abusivas taxas de juros estabelecidas pelo Banco Central sob a falsa justificativa de combater a inflação, que na realidade decorre de preços administrados pelo próprio governo e outras variáveis que não guardam relação alguma com a taxa de juros.

Digitalizado com CamScanner

- ***Diante disso, você assume o compromisso de defender a investigação dos mecanismos financeiros que geram dívida pública e impulsionam o seu exagerado crescimento, em especial a injustificada elevação dos juros pelo Banco Central?***

SIM [X] NÃO [ ]

Comentários (opcional): _____

4 O compromisso público com detentores da dívida pública não pode ter prioridade em relação ao compromisso público com os direitos sociais consagrados na Constituição Federal, em especial, em seu artigo 6º.

- ***Diante disso, você assume o compromisso de defender a anulação de dívidas ilegítimas, para que os recursos se destinem a amenizar a imensa dívida social existente no país?***

SIM [X] NÃO [ ]

Comentários (opcional): _____

5 As decisões de política econômica e política monetária do Brasil têm sido submetidas aos interesses do mercado financeiro, capitaneado pelo BIS, FMI e Banco Mundial, que tem exercido a sua influência sobre o Banco Central, Ministério da Economia e outras autoridades. Já foi fartamente comprovado o fracasso da política econômica baseada no tripé "Metas de Inflação" (prática de juros altos sob a falsa justificativa de combater inflação); Metas de "Resultado Primário" (que prioriza o pagamento da dívida pública à custa de cortes e teto de gastos sociais e com a estrutura do Estado, privatizações insanas e contrarreformas), e livre fluxo de capitais especulativos ("Câmbio Flutuante").

- ***Diante disso, você assume o compromisso de defender a modificação dessa fracassada política econômica, para que ela seja substituída por outro modelo que atenda o nosso direito ao desenvolvimento socioeconômico, com garantia de vida digna para todas as pessoas e respeito ao ambiente?***

SIM [X] NÃO [ ]

Comentários (opcional): _____

6 Para que iniciemos o resgate da imensa dívida social existente no Brasil, que nos torna um dos países mais injustos do planeta, os investimentos sociais devem ser significativamente aumentados. Não cabe a alegação de que não teríamos dinheiro para isso, pois temos mantido cerca de R$ 5 trilhões em caixa <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/gasto-com-divida-publica-sem-contrapartida-quase-dobrou-de-2019-a-2021/>, porém, esse dinheiro tem sido reservado para o pagamento dos gastos com a dívida pública. A fim de elevar os investimentos sociais, é necessário revogar a Emenda Constitucional nº 95/2016, que estabeleceu teto rebaixado por 20 anos para todos os gastos e investimentos sociais, deixando fora do teto e sem controle ou limite as maiores despesas do orçamento da União, ou seja, os juros e as amortizações da dívida pública.

- ***Diante disso, você assume o compromisso de lutar pela revogação da Emenda Constitucional nº 95/2016?***

SIM [X] NÃO [ ]

Comentários (opcional): _____

7 O Banco Central tem destinado centenas de bilhões de reais anualmente para remunerar bancos pelo dinheiro que eles deixam de emprestar à sociedade, atualmente em R$1,1 trilhão, mas já chegou a R$ 1,7 trilhão em setembro/2020. Essa benesse tem sido concedida aos bancos através

Digitalizado com CamScanner

do abuso na utilização das "Operações Compromissadas" ou de "Depósitos Voluntários Remunerados", que além de provocarem rombo aos cofres públicos, têm sido responsáveis pelo aumento dos juros de mercado, elevação da dívida púbica e agravamento da crise econômica.

- ***Diante disso, você assume o compromisso de enfrentar essa política monetária suicida e defender que em vez de esterilizar esse volume de dinheiro no Banco Central, rendendo juros somente a bancos, esse dinheiro passe a circular na economia, reduzindo os juros dos empréstimos às empresas e pessoas, gerando emprego e renda?***

SIM [X] NÃO [ ]

Comentários (opcional): _____

_____

_____

8 A "autonomia" do Banco Central foi aprovada por meio da questionável Lei Complementar 179/2021, concedendo um verdadeiro cheque em branco ao Banco Central, com exacerbados poderes para lidar com juros, moeda, câmbio, escandalosos swap e toda a política monetária, como quiser, e seus diretores não poderão ser demitidos pela Presidência da República, blindando, em caso de troca de governo, a atual política monetária suicida, que entre outros mecanismos equivocados, tem praticado juros altos sob a falsa justificativa de controle inflacionário.

- ***Diante disso, você assume o compromisso de lutar pela revogação da "autonomia" do Banco Central, para que a autarquia seja obrigada a funcionar de acordo com os interesses socioeconômicos do Brasil, com responsabilidade sobre o nível de atividade econômica e emprego em patamares saudáveis, como os bancos centrais de outros países desenvolvidos?***

SIM [X] NÃO [ ]

Comentários (opcional): _____

_____

_____

9 O Conselho Monetário Nacional (CMN) conta com apenas 3 membros (presidente do Banco Central, ministro da Economia, e um subordinado a este – Secretário Especial de Fazenda do Ministério da Economia), o que faz com que as normatizações e decisões de política monetária recaiam, na prática, apenas sobre 2 pessoas (que atualmente são 2 banqueiros, ambos com contas em paraísos fiscais). É necessário ampliar a participação de representantes qualificados da sociedade civil e dos diversos segmentos econômicos, para que o CMN possa proferir decisões voltadas para o desenvolvimento socioeconômico do país.

- ***Diante disso, você assume o compromisso de lutar pela ampliação da participação social no CMN?***

SIM [X] NÃO [ ]

Comentários (opcional): _____

_____

_____

10 No Brasil, a identificação dos detentores de títulos da dívida pública brasileira é considerada informação sigilosa, o que fere o Princípio da Transparência ao qual devem ser submetidos todos os atos públicos. Ademais, a dívida é pública, paga com recursos públicos, e o seu peso recai sobre o conjunto da sociedade que arca com todo o sacrifício social e econômico de seu pagamento.

- **Diante disso, você assume o compromisso de denunciar essa falta de transparência e lutar para que o nome e respectivo CPF ou CNPJ de detentores de títulos da dívida pública interna e externa, e o valor detido por cada um deles, inclusive por meio de Fundos de Investimento e Previdência Privada, seja devidamente divulgado, com ampla transparência?**

SIM [X] NÃO [ ]

Digitalizado com CamScanner

Comentários (opcional): ____________________

11 A engenharia financeira da "Securitização" tem invadido a esfera pública como um modelo de negócios fraudulento que vincula e desvia recursos públicos que sequer alcançam os orçamentos dos entes federados. Através desse esquema, investidores privilegiados se apropriam de recursos públicos que sequer são contabilizados pelo ente federado, ou seja, o desvio acontece por fora dos controles orçamentários: uma fraude. Esse esquema tem sido aplicado a desvio de receitas tributárias e não tributárias em "Securitização de Créditos" (a exemplo da PBH Ativos S/A em Belo Horizonte, CPSEC S/A em São Paulo, MGi Participações S/A em Minas Gerais, COPISEC S/A no Piauí, entre outras). Já foram detectados outros casos de "securitização" para desviar receitas comerciais (a exemplo de receitas de nióbio em Minas Gerais), e receitas de royalties devidas à RioPrevidência S/A no Rio de Janeiro. As Leis Complementares 173/2020 e 178/2021 abrem a possibilidade de "securitização de dívidas" dos entes federados, ao arrepio do Art. 167, IV da Constituição. Esse esquema de "Securitização" está se espalhando no Brasil de forma temerária, pois os orçamentos públicos deixarão de receber as verbas desviadas para esse esquema, comprometendo o financiamento do Estado e o atendimento aos direitos sociais, prejudicando as gerações atuais e futuras.

- ***Diante disso, você assume o compromisso de denunciar esse esquema fraudulento da "Securitização" na esfera pública e lutar para impedir a sua implantação?***

SIM ☒ **NÃO** ☐

Comentários (opcional): ____________________

12 Os estados já pagaram cerca de 3 vezes a dívida refinanciada pela União (no âmbito da Lei 9.496/97), e, apesar disso, ainda devem cerca de 4 vezes o valor refinanciado! Essa conta não fecha. Aquela dívida dos estados refinanciada pela União contém diversas ilegalidades e até nulidades desde a sua origem, em especial a transferência de passivos de bancos estaduais submetidos à privatização (PROES), que passou a fazer parte do estoque dessa "dívida". Sobre esse montante, passou a ser aplicada atualização monetária diária, calculada pelo IGP-DI, além de juros reais, em forma cumulativa, provocando o crescimento exponencial dessa dívida. Agora os estados estão correndo o risco de ter essa questionável dívida eternizada no esquema de "Securitização", que está sendo incentivado pelo próprio governo federal através do falacioso "Regime de Recuperação Fiscal".

- ***Diante disso, você assume o compromisso de lutar pela transparência das contas públicas e a realização da auditoria da dívida pública dos estados, com participação popular, para que sejam anuladas as dívidas ilegítimas e ressarcidas aos estados as quantias pagas além do devido?***

SIM ☒ **NÃO** ☐

Comentários (opcional): ____________________

....
Assinatura do(a) Pré-Candidato(a)

Coordenação Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida
SAUS, Quadra 5, Bloco N, 1º andar - Brasília/DF - CEP: 70070-939 - Edifício Ordem dos Advogados do Brasil
■Telefone: (61) 2193-9731 ■E-mail: contato@auditoriacidada.org.br■ http://www.auditoriacidada.org.br/

Digitalizado com CamScanner